



REESMA, Humaitá - Amazonas, Volume XX, nº 2, jul-dez. 2026, p. 610-633.

MATERIAL DIDÁTICO E ALFABETIZAÇÃO NO CEARÁ: ESTADO DA QUESTÃO SOBRE O MAIS PAIC

TEACHING MATERIALS AND LITERACY IN CEARÁ: STATE OF THE ART REVIEW OF THE MAIS PAIC PROGRAM

Maria Elany Nogueira da Silva¹
Keila Andrade Haiashida²

Resumo: Este artigo teve como objetivo analisar o que vem sendo produzido, nos últimos cinco anos, sobre material didático para alfabetização no Ceará, tomando como referência o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), atualmente denominado MAIS PAIC. Ancorado na concepção de alfabetização como direito e prática social, o estudo problematiza o lugar que os materiais didáticos ocupam nas políticas públicas de alfabetização e nas formações continuadas de professores, especialmente diante do discurso oficial de êxito amplamente difundido pelo Estado. Metodologicamente, a pesquisa adota o Estado da Questão, realizando um mapeamento de produções acadêmicas nas bases BDTD, SciELO e Google Acadêmico, no período de 2020 a 2025. Os resultados evidenciam que, embora haja um número significativo de pesquisas sobre o PAIC, suas avaliações externas e a formação docente, ainda são escassos os estudos que tomam o material didático como objeto central de análise no ciclo de alfabetização. Identificam-se lacunas especialmente no que se refere à articulação entre material didático, práticas pedagógicas e concepções de alfabetização, bem como à análise crítica dos efeitos desses materiais no cotidiano escolar. Conclui-se que a temática demanda investigações que aprofundem o papel dos materiais como mediadores da política educacional e da prática alfabetizadora nas escolas públicas cearenses.

Palavras-chave: Alfabetização; Material Didático; Políticas Públicas em Educação.

¹ Mestranda em Educação e Ensino pelo PPGEEN/UECE; graduação em Pedagogia (UECE). E-mail: elany.silva@aluno.uece.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0009-0009-3118-6702>.

² Pós-Doutorado em Educação (UFPB); doutorado em Geografia (UECE); mestrado em Educação (UFC); graduação em Pedagogia (UFC); graduação em Psicologia (UNINASSAU). Professora Adjunta (UECE). E-mail: keila.haiashida@uece.br. Brasil. ORCID iD: <https://orcid.org/0000-0003-3700-9589>.



Abstract: This article aims to analyze what has been produced over the last five years regarding teaching materials for literacy in the state of Ceará, taking as reference the Literacy at the Right Age Program (PAIC), currently known as MAIS PAIC. Grounded in the conception of literacy as a right and a social practice, the study problematizes the role that teaching materials play in public literacy policies and in continuing teacher education, especially in light of the official discourse of success widely disseminated by the State. Methodologically, the research adopts a *State of the Question* approach, mapping academic productions indexed in the BDTD, SciELO, and Google Scholar databases from 2020 to 2025. The results indicate that, although there is a significant number of studies addressing the PAIC, its external assessments, and teacher education, research that takes teaching materials as a central object of analysis in the literacy cycle remains scarce. Gaps are identified particularly in the articulation between teaching materials, pedagogical practices, and conceptions of literacy, as well as in the critical analysis of the effects of these materials on everyday school practices. It is concluded that this topic calls for further investigations that deepen the understanding of teaching materials as mediators of educational policy and literacy practices in public schools in Ceará.

Keywords: Literacy; Teaching Materials; Public Educational Policies.



1 INTRODUÇÃO

No estado do Ceará, no ano de 2007, foi implantado o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC), que se trata de uma “política pública da Secretaria de Educação do Estado do Ceará em regime de colaboração entre Estado e municípios, cujo objetivo é alfabetizar todos os alunos das redes públicas de ensino do estado até os 7 anos de idade” (Ceará, 2012). O contexto de criação do Programa se dá no ano de 2004, quando o:

[...] Comitê Cearense para Eliminação do Analfabetismo Escolar, realizou uma avaliação amostral dos níveis de leitura, escrita e compreensão de texto de 8 mil alunos da 2ª série do Ensino Fundamental (atual 3º ano), em 48 municípios do estado. Os resultados indicaram que 39% dos alunos não leram o texto; 15% leram muito mal, soletrando e sem compreender; 31% leram com dificuldade e compreenderam parcialmente; e apenas 15% leram e compreenderam. A pesquisa evidenciou o problema do analfabetismo escolar no estado, sendo a base da mobilização para a mudança desse quadro, objetivo maior do Paic. (Ceará, 2012, p.16)

Desde então, essa política pública estadual direcionou todas as ações voltadas com prioridade na alfabetização das crianças. Por meio da Coordenadoria de Cooperação com os Municípios (COPEM), implantada em cada Coordenadoria Regional de Educação do Ceará (CREDE), a Secretaria de Educação do Estado do Ceará (SEDUC), realiza formações continuadas e disponibiliza materiais didáticos para a realização das ações do PAIC. O programa conta ainda com uma política de premiação por meio do Prêmio Escola Nota 10, instituído por lei em 2009, que é destinado “às escolas públicas que obtêm melhor resultado de alfabetização expressos por meio do Índice e Desempenho Escolar – Alfabetização (IDE-Alfa)” (Ceará, 2012, p. 87).

Vale salientar que ao mencionar-se o Programa de Alfabetização na Idade Certa, será utilizada a sigla atual - MAIS PAIC. Em uma linha temporal, o programa teve três momentos de atualização. Em 2011 o “[...] Governo do Estado lançou o PAIC+5, visando estender as ações que eram destinadas às turmas de Educação Infantil, 1º e 2º ano do ensino fundamental até o 5º ano nas escolas públicas dos 184 municípios cearenses” (SEDUC, 2011). Em 2015, o governador Camilo Santana lançou o MAIS PAIC, que passou a atender também do 6º ao 9º ano nas escolas públicas cearenses. A partir de 2022, o programa está em processo de mudança para PAIC INTEGRAL que objetiva a implementação progressivamente até 2026 da educação em tempo integral nas redes públicas de ensino.



Atualmente, uma das pesquisadoras atua como formadora do ciclo de alfabetização, realizando a multiplicação das formações oferecidas pela SEDUC, como também viabiliza, por intermédio da Secretaria Municipal de Educação, o uso dos Materiais didáticos disponibilizados para o trabalho com as referidas turmas. Um dos materiais utilizados se trata do Material Educacional Estruturado do Ceará, que a SEDUC, construiu em parceria com a Associação Nova Escola no ano de 2020, para o trabalho com as turmas do 1º ao 3º ano e que posteriormente ampliou para todas as turmas dos anos iniciais do ensino fundamental. O referido material tem o objetivo de fortalecer as práticas de ensino e aprendizagem desde os primeiros anos da Educação Infantil até o 5º ano do Ensino Fundamental. Segundo nota da Secretaria de Educação do Estado do Ceará,

A iniciativa faz parte de um conjunto de estratégias que compreende, ainda, formação de professores e avaliações Coordenadorias de Educação e Promoção Social e de Cooperação com os Municípios para o Desenvolvimento na Idade Certa da Seduc. O conteúdo é organizado em volumes que contemplam os cinco componentes curriculares (Língua Portuguesa, Matemática, Ciências, História e Geografia), divididos em cadernos bimestrais para alunos e professores. (SEDUC, 2021).

Salienta-se que a publicação do referido material ocorreu em meio ao cenário pandêmico ocasionado pelo novo Coronavírus (2019-2021), o que ocasionou o isolamento social e a realização das aulas de maneira remota. Sendo assim, no ano de 2022, quando as escolas retornavam 100% de forma presencial no contexto reestruturação pós-pandemia, foi implementado a utilização do Material Educacional no município de Quixeramobim-CE.

Nesse cenário, retornar à sala de aula foi um grande desafio, seja pelas incertezas quanto à saúde ou pela necessidade de readaptação das crianças aos espaços escolares. Importante destacar que nessa conjuntura a maioria das crianças inseridas nas turmas iniciais do ciclo de alfabetização, como o 1º ano, não teve a oportunidade de vivenciar a educação infantil de maneira presencial, fato que fez emergir angústias em relação ao processo de ensino-aprendizagem.

Atuando como professora no período citado, uma das autoras pode refletir cotidianamente quanto ao uso do referido material didático. O livro a ser utilizado trouxe muitas inquietações quanto a sua utilidade efetiva nas práticas de alfabetização, fato que gerou constantes questionamentos nos momentos de planejamento. Dessa forma, foi preciso realizar um plano baseado na realidade da turma, buscando atender as necessidades de cada criança, pois algumas apresentavam dificuldades significativas



desde relacionadas a aspectos motores, orais, quanto as habilidades pictográficas de desenho e reconhecimento de letras. Havia dúvidas associadas à como vivenciar atividades complexas de produção textual, escritas extensas e textos complexos quando se era totalmente distante da realidade da turma que se apresentava. Algumas atividades foram adaptadas e dessa forma foi possível superficialmente introduzir o uso do material determinado.

Assim, observava-se que não havia reflexão, muito menos um olhar minucioso para as práticas de letramento e alfabetização a partir do material estruturado com as formações continuadas. As atividades propostas não coadunavam com a proposta alfabetizadora discutida nas formações e não eram aplicáveis ao nível de aprendizado que as crianças se encontravam.

Nessa conjuntura, a relação com a pesquisa foi tecida no âmbito dessa esteira de encontros, anseios e evidências quanto ao processo de alfabetização perpassado pelas crianças da escola pública. Desse modo, esse estudo deriva de uma pesquisa mais ampla desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Educação e Ensino (PPGEEN) da Universidade Estadual do Ceará (UECE) na qual o interesse é analisar os impactos nas práticas pedagógicas decorrentes do uso do Material Educacional Estruturado/SEDUC pelos professores do ciclo de alfabetização em Quixeramobim-CE.

Para viabilizar essa proposta realizou-se um Estado da questão com o objetivo geral de identificar o que foi produzido sobre material didático para alfabetização no Ceará nos últimos 5 anos e como objetivos específicos: problematizar as concepções hegemônicas de alfabetização presentes nas políticas públicas contemporâneas; analisar a alfabetização a partir de uma perspectiva histórica, social e política, compreendendo-a como prática cultural e direito fundamental, e não apenas como domínio técnico do código escrito; discutir as disputas teóricas e metodológicas que atravessam o ensino da leitura e da escrita no Brasil, destacando os limites das abordagens centradas exclusivamente nos métodos ou na desmetodização do processo alfabetizador; evidenciar a distinção e a indissociabilidade entre alfabetização e letramento e reafirmar o papel da escola pública como espaço de democratização do acesso à cultura escrita.

ENTRE TEORIAS E SENTIDOS: PARA QUE E COMO SE ALFABETIZA?



Neste tópico contextualiza-se as diferentes concepções teóricas que fundamentam o ensino da leitura e da escrita, destacando o papel da linguagem e seu entrelaçamento com o processo de alfabetização e letramento. Enfatizando as disputas metodológicas e conceituais que envolvem esse aprendizado, defende-se uma concepção de alfabetização como direito e prática social necessária a formação de sujeitos críticos capazes de transformar sua realidade.

A discussão sobre alfabetização é algo que não cessa nas pesquisas e estudos no cenário da educação brasileira. A compreensão deste aprendizado como marco decisivo no processo educativo das crianças nos leva a discutir quais os meios/métodos para se alcançar esse fim e quais as possíveis causas do fracasso tão evidente escancarado nas escolas públicas.

De acordo com os dados do último Censo de 2022, “7% da população de 15 anos ou mais são analfabetos no Brasil” (IBGE, 2023). Embora esses dados estejam em redução nos últimos anos, faz-se necessário problematizar de que alfabetização estamos nos referindo. A quem esses dados de fato atendem, quando se consideram uma alfabetização em seu sentido amplo, sobretudo ao se defender uma concepção de alfabetização em que,

[...] não basta simplesmente "saber ler e escrever": dos indivíduos já se requer não apenas que dominem a tecnologia do ler e do escrever, mas também que saibam fazer uso dela, incorporando-a a seu viver, transformando-se assim seu "estado" ou "condição", como consequência do domínio dessa tecnologia. (Soares, 2024, p.150)

A análise desses dados frequentemente apresentados de forma otimista, por meio de propagandas em níveis estaduais e nacionais, evidencia a necessidade de um olhar reflexivo e atento para a realidade educacional. Tendo em vista que, embora muitas crianças e adolescentes consigam ler e escrever palavras simples, não demonstram habilidades para compreender ou produzir textos de maior complexidade. Como consequência, limitam-se quanto a capacidade crítica de interpretar o mundo e de transformar a realidade na qual estão inseridos.

Para discutir o sucesso ou fracasso na alfabetização é preciso refletir sobre as diferentes variantes em cada contexto. Inicialmente são propostos alguns questionamentos: como se define uma criança alfabetizada? Qual a finalidade da alfabetização para essa criança? Espera-se uma criança capaz de ler, produzir, interpretar



e transformar a sociedade na qual está inserida ou treina-se esses sujeitos para serem capazes de lerem simples manuais de instruções?

Desta forma, evidencia-se uma concepção de alfabetização que sirva “não apenas para aprender as técnicas do ler e do escrever, mas alfabetização como tomada de consciência, como meio de superação de uma consciência ingênua e conquista de uma consciência crítica, como promoção da ingenuidade em criticidade”. (Soares, 2024, p. 181).

Diante de uma sociedade na qual a escola serve aos interesses do capital, e não a luta para uma educação que transforme o homem e assim ele transforme sua realidade, “alfabetiza-se para que o indivíduo seja mais produtivo ao sistema, não para que se aproprie de um bem cultural fundamental à conquista da cidadania;” (Soares, 2024, p. 175)

Ernani Maria Fiori (2024) relata no prefácio de *Pedagogia do Oprimido* a concepção a sobre o real sentido da alfabetização, “aprender a escrever sua vida, como autor e como testemunha de sua história, isto é, biografar-se existenciar-se, historicizar-se”. (Freire, 2024, p. 12).

A alfabetização nesse sentido decorre da necessidade de aprofundar os conhecimentos próprios de uma sociedade letrada, de modo a garantir que os estudantes disponham das condições necessárias para participar, de forma equitativa e justa das diversas práticas sociais. Compreendida como um processo sociocultural, em que o indivíduo se insere nas práticas sociais de leitura e de escrita, a alfabetização constitui um bem cultural simbólico que transformou profundamente a estrutura social. No entanto, o acesso a este conhecimento, historicamente produzido nem sempre ocorreu de maneira democrática, pois “[...] há um conjunto de objetos culturais que são desigualmente distribuídos na sociedade, entre eles a escrita e seus diferentes suportes” (Leal; Brandão; Almeida; Vieira, 2013, p. 74). Desse modo,

[...] enquanto a posse e o uso plenos da leitura e da escrita sejam privilégio de determinadas classes e categorias sociais - como têm sido -, elas assumem papel de arma para o exercício do poder, para a legitimação da dominação econômica, social, cultural, instrumentos de discriminação e de exclusão. (Soares, 2024, p. 174).

Em sociedades letradas contemporâneas, o aprendizado da leitura e da escrita se torna necessário como possibilidade de acesso aos conhecimentos acumulados historicamente ao longo da humanidade. Sob esta ótica, a alfabetização é um dos



instrumentos de emancipação para as classes desfavorecidas, ela surge para além da decifração de um código, ou da aquisição de uma técnica, ela é um “*processo político*” (Soares, 2024).

Esta alfabetização como direito implicará diretamente na perspectiva da aprendizagem e da superação de uma classe marginalizada socialmente, agravando cada vez mais as diferenças sociais, econômicas e consequentemente de aprendizagem que existem dentro das instituições de ensino. É por meio da defesa da alfabetização como direito, que entendemos esse processo como aquisição de linguagem, o qual requer um contexto rico em estímulos visuais, cognitivos, motores e ambientais, para que seja garantido o acesso a uma aprendizagem efetiva.

Nessa perspectiva ampliada, a habilidade que se estende para além das convenções gráficas e linguísticas do processo inicial de leitura e escrita se apresenta como letramento. O termo criado para distinguir os processos cognitivos e sociais dentro da alfabetização, originário da palavra *literacy*, é “[...] o resultado da ação de ensinar ou de aprender a ler e escrever: o estado ou a condição que adquire um grupo social ou um indivíduo como consequência de ter-se apropriado da escrita. (Soares, 2009, p. 18). Como ressalta a autora, foi uma palavra criada para atender as necessidades que surgiram de um novo conceito em alfabetização, os conceitos não apenas linguísticos, mas os sociais. Este termo surge inicialmente na metade dos anos 80 na literatura internacional, e no Brasil vamos ver sua disseminação especificamente no início dos anos 90.

É sob esta perspectiva social que se defende a alfabetização, para além de uma decifração de um código, “não basta apenas saber ler e escrever, é preciso também saber fazer uso do ler e do escrever, saber responder às exigências de leitura e de escrita que a sociedade faz continuamente”. (Soares, 2009, p. 18)

Buscando esse sentido para a alfabetização que ela servirá como propulsora para estudantes críticos e capazes de realizarem uma leitura profunda da sociedade na qual estão inseridos. Freire (2021, p. 180) define alfabetização da seguinte forma:

É a consequência de uma reflexão que o homem começa a fazer sobre sua própria capacidade de refletir. Sobre sua posição no mundo. Sobre o mundo mesmo. Sobre o seu trabalho. Sobre seu poder de transformar o mundo. Sobre o encontro das consciências. Reflexão sobre a própria alfabetização, que deixa assim de ser algo externo ao homem, para ser dele mesmo. Para sair de dentro de si, em relação com o mundo, como uma criação. Só assim nos parece válido o trabalho da alfabetização, em que a palavra seja compreendida pelo homem na sua justa significação: como uma força de transformação do mundo. Só



assim a alfabetização tem sentido. Na medida em que o homem, embora analfabeto, descobrindo a relatividade da ignorância e da sabedoria, retira um dos fundamentos para a sua manipulação pelas falsas elites. Só assim a alfabetização tem sentido.

Freire (2021), ao escrever *Educação como Prática da Liberdade*, já apontava para a determinação desta intenção da alfabetização. Vê-se claramente um elo na concepção do letramento referenciado. O sujeito precisa ver sentido nesta prática e compreendê-la como percussora para o acesso a sociedade letrada na qual está inserido. Ao problematizar a educação bancária, pela qual o sujeito apenas recebe o conteúdo sem dialogar com ele, ou não compreende o que fazer com esse conteúdo depositado, Freire (2024, p. 94) afirmava que,

A educação que se impõe aos que verdadeiramente se comprometem com a libertação não pode fundar-se numa compreensão dos homens como seres "vazios" a quem o mundo "encha" de conteúdos; não pode basear-se numa consciência especializada, mecanicistamente compartimentada, mas nos homens como "corpos conscientes" e na consciência como consciência intencionada ao mundo. Não pode ser a do depósito de conteúdos, mas a da problematização dos homens em suas relações com o mundo.

Quando esta educação/alfabetização não é problematizadora, ou não parte do contexto social dos indivíduos com algum propósito, ela passa simplesmente a ser mecanizada como mera instrução ou treino. No processo de alfabetização, a criança ou adulto que não o compreende é visto como o sujeito que não se adequou ao processo, desconsideram toda sua subjetividade e contexto histórico. Nesta sociedade cujos meios para a superação das desigualdades sociais vem por uma grande parte pelo acesso aos conhecimentos produzidos pela sociedade, os sujeitos não alfabetizados plenamente, tendem cada vez mais a ficarem marginalizados. Como reitera Soares (2024, p. 174) ao dizer que,

No quadro da ideologia hegemônica em sociedades grafocêntricas, não há possibilidade de participação econômica, política, social, cultural plena sem o domínio da língua escrita, não há possibilidade de participação nos bens simbólicos sem o acesso à leitura como bem cultural. Em síntese: não há, em sociedades grafocêntricas, possibilidade de cidadania sem o amplo acesso de todos à leitura e à escrita, quer em seu papel funcional - como instrumentos imprescindíveis à vida social, política e profissional quer em seu uso cultural - como forma de prazer e de lazer.

A autora ao reafirmar que inseridos em uma sociedade onde as possibilidades de desenvolvimento estão intrinsecamente ligadas pelo acesso aos conhecimentos



adquiridos por meio do ato de ler e escrever, as ações voltadas para este processo devem ser de extrema responsabilidade no que diz respeito a conquista dessas habilidades.

Reafirma-se que o processo de alfabetização das crianças de escolas públicas em sua maioria, é um processo desigual, considerando o contexto histórico em que o sujeito está inserido. Diferentemente do público de escolas privadas, aonde as crianças já chegam por sua vez com uma concepção de letramento bem estruturada do ponto de vista social e cognitivo. Desta forma, a escola enquanto instituição responsável a garantir o direito desta criança, à alfabetização, se vê exercendo práticas que atendam a um determinado fim, o resultado das avaliações externas.

Para que aprender a ler e a escrever? Talvez essa não seja a pergunta mais adequada. Se entende o acesso à leitura e à escrita como um bem cultural, sistematizado e transmitido pela escola, e situado em uma sociedade letrada, onde a aquisição de saberes, conhecimentos e comunicação se dá majoritariamente pela escrita, talvez o questionamento mais apropriado seja: por que nem todos aprendem a ler e a escrever? Aqueles que aprendem a ler e escrever têm, de fato, acesso ao conhecimento construído e sistematizado? A grande massa das camadas populares realmente aprende a ler, compreender e produzir textos, ou está sendo apenas treinada a decifrar códigos?

Ao abordar os processos metodológicos e cognitivos que discorrem sobre a aprendizagem da oralidade, leitura e escrita pelas crianças, remete-se as diferentes concepções existente com o intuito de compreender as camadas que envolvem essa aprendizagem.

Nesse sentido, para melhor entender o processo de apropriação desse saber, aponta-se inicialmente, a apropriação da linguagem como elemento constitutivo do ser. “Entre todas as conquistas do homem, a linguagem é a que mais contribuiu para fazer dele um ser humano de fato” (Colello, 2012, p. 16).

A partir do processo discursivo que se estabelece no ato de aprender a ler e escrever, elucidamos as formas como esse aprendizado se deu historicamente no Brasil. Alguns autores (Mortatti, 2021, Soares, 2024) apontam que a história da alfabetização em nosso país é marcada pelas discussões de cunho metodológico. A “guerra dos métodos” já mencionada anteriormente, direcionou as políticas públicas acerca desse aprendizado.

É importante destacar que as teorias de aprendizagem estão interligadas a cada tempo histórico e as concepções existentes, acerca do aprendizado da criança e da própria



finalidade da alfabetização. Ao analisar as possíveis causas do fracasso em alfabetização que ressoam em nosso contexto desde muito tempo, evidenciado nas escolas públicas, Soares (2024) afirma que muitas das pesquisas que tentam buscar uma justificativa para essa causa, se baseiam nas questões independentes que envolvem esse processo como o aluno, professor, o contexto cultural, o método, o material, ou até mesmo em relação aos aspectos da língua.

Segundo a autora, “uma teoria coerente de alfabetização exigiria uma articulação e integração dos estudos e pesquisas a respeito de suas diferentes facetas” (Soares, 2024, p. 20). Para pensar nos condicionantes do processo de alfabetização, deve-se enfatizar esse processo a partir de diferentes áreas do conhecimento, formando assim um conjunto de habilidades que a caracterizam com um “*processo multifacetado*” (Soares, 2024). Nesse sentido a autora afirma que a alfabetização deve ser compreendida segundo, as facetas psicolinguística, sociolinguística e linguística.

Na discussão acerca de qual o melhor método para alfabetizar, ou na busca pelo material didático específico mais bem desenvolvido, ancoramos nossa concepção ao compreender que, “se entende por método de alfabetização um conjunto de procedimentos que, fundamentados em teorias e princípios, orientem a aprendizagem inicial da leitura e da escrita, que é o que comumente se denomina alfabetização” (Soares, 2022, p. 16).

Anterior a essa questão evidenciada no método novo ou tradicional ou mesmo na busca de soluções para superar o então fracasso de alfabetização,

[...] considerava-se que aprender a ler e escrever dependia, fundamentalmente, de aprender as letras, mais especificamente o nome das letras. [...] Uma aprendizagem centrada na grafia, ignorando as relações oralidade-escrita, fonema-grafemas, como se as letras fossem os sons da língua, quando, na verdade, representam os sons da língua. (Soares, 2022, p. 17).

Considerando a concepção psicológica voltada para o aprendizado da criança e a prioridade dada ao valor sonoro das sílabas, temos dois lados na predominância do método de ensinar a ler e escrever. Os defensores dos métodos sintéticos e os métodos analíticos. O primeiro evidenciava que o aprendizado se daria na compreensão fonética das letras e o som que elas reproduzem, e o segundo contextualizava esse aprendizado do “todo para a parte”, iniciava com a análise da palavra para depois analisar suas partes.

Para Soares (2022), esse movimento de mudança e disputa teórica, criou uma perspectiva pendular, em que de um lado os métodos anteriormente enfatizados passaram



ser intitulados de tradicionais, e de outro a “desmetodização”, o que desconsiderou qualquer técnica ou metodologia acerca das práticas de alfabetização.

Ao enfatizar a questão do fracasso na alfabetização, Soares (2024) aponta para alguns equívocos que o construtivismo conduziu levando a uma série de outros fatores que contribuíram para o que ela denominou de “desinvenção da alfabetização”. Segundo a autora algumas teorias privilegiaram somente uma “*faceta*”, a psicológica e ofusca sua faceta linguista. Fato este, que no decorrer da história evidenciou-se amplamente disseminado nos discursos de que a criança aprenderia sozinha, de que a ela bastaria uma interação com os materiais e em determinado período o aprendizado se estabeleceria. Em contraposição a essa errônea interpretação acreditamos que:

[...] a aprendizagem da escrita não é um processo natural, como é a aquisição da fala: a fala é inata, é um instinto; sendo inata, instintiva, é naturalmente adquirida, bastando para isso que a criança esteja imersa em ambiente em que ouve e fala a língua materna. A escrita, ao contrário, é uma invenção cultural, a construção de uma visualização dos sons da fala, não um instinto. (Soares, 2022, p. 45).

Diante dessa revolução conceitual e metodológica, quanto às práticas de alfabetização, é evidente que o fracasso permanece no contexto educacional brasileiro, sobretudo nas escolas públicas. Em 2014, o PNE, estabeleceu com uma de suas metas “alfabetizar todas as crianças, no máximo, até o final do 3º ano do ensino fundamental” (Brasil, 2015). A discussão em torno dessa temática centralizada no percurso escolar, envolve diferentes questões que esbarram sempre no estagnado fracasso da alfabetização. De acordo com Soares (2022, p.24), nas primeiras décadas do século XXI,

[...] reaparece a discussão sobre métodos na alfabetização, relativamente marginalizada durante as duas últimas décadas do século XX, e enfrentam-se de novo polêmicas, agora mais complexas: não apenas divergências em torno de diferentes métodos de alfabetização, mas também, e talvez sobretudo, dúvidas sobre a possibilidade ou a necessidade de método para alfabetizar - um movimento de recuperação do método em conflito com a tendência à desmetodização, consequência da interpretação que se deu ao construtivismo."

Nessa busca constante pela melhor e mais eficaz maneira de sistematizar a leitura e a escrita, as crianças ficam à margem, ora sendo estimuladas ao treino, a relação reduzida da linguagem associada a letra som, e por outro lado, sendo simplesmente negligenciadas em relação a esse aprendizado, na qual são apontadas inúmeras justificativas que contextualizam o fracasso na alfabetização no Brasil.

Sobre os métodos e práticas a serem desenvolvidas, acreditamos na concepção defendida por Soares (2022, p. 35), de que:



[...] a aprendizagem inicial da língua escrita, embora entendida e tratada como fenômeno multifacetado, deve ser desenvolvida em sua inteireza, como um todo, porque essa é a natureza real dos atos de ler e de escrever, em que a complexa interação entre as práticas sociais da língua escrita e aquele que lê ou escreve pressupõe o exercício simultâneo de muitas e diferenciadas competências. É o que se tem denominado *alfabetizar letrando*.

Aprender a ler e escrever implica na construção de significados e na participação ativa em diferentes práticas sociais. Alfabetizar não se reduz à decodificação de signos, mas no desenvolvimento de habilidades linguísticas, cognitivas e culturais que possibilitarão ao sujeito compreender, produzir e interpretar os diferentes sentidos que envolvem esse aprendizado.

Nos últimos anos, o Estado do Ceará tem investido fortemente na construção de um discurso público de êxito em torno das políticas de alfabetização, amplamente difundido por meio de materiais institucionais, campanhas publicitárias e informes oficiais que exaltam resultados, rankings e premiações. Esse discurso, de caráter marcadamente panfletário, opera pela simplificação de processos complexos, ao reduzir a alfabetização a índices de desempenho e metas quantitativas, silenciando as contradições, os limites e as desigualdades que atravessam o cotidiano das escolas públicas. Ao privilegiar narrativas de sucesso e eficiência, ancoradas sobretudo em avaliações externas e políticas de bonificação, constrói-se uma imagem homogênea de avanço que pouco dialoga com as condições concretas de ensino, com as trajetórias desiguais das crianças e com os desafios enfrentados pelos professores no chão da escola. Tal estratégia discursiva, ao mesmo tempo em que legitima politicamente as ações do Estado, tende a esvaziar o debate pedagógico sobre o sentido da alfabetização, deslocando-o de uma perspectiva formativa, crítica e emancipatória para uma lógica de responsabilização e performatividade, na qual ensinar e aprender passam a ser medidos prioritariamente pelos resultados que podem ser exibidos publicamente, e não pela efetiva apropriação da leitura e da escrita como práticas sociais e culturais.

No contexto do PAIC, os materiais didáticos e educacionais adotados nas formações de professores assumem um papel central na mediação das políticas de alfabetização, funcionando não apenas como instrumentos pedagógicos, mas como dispositivos de orientação das práticas docentes e de regulação do trabalho escolar. Ao serem apresentados nas formações continuadas como referenciais técnicos e metodológicos, esses materiais passam a ocupar um lugar de autoridade sobre o que,



como e quando ensinar, muitas vezes sobrepondo-se à autonomia docente e às especificidades dos contextos escolares.

Embora sejam difundidos sob o discurso de padronização da qualidade e de apoio ao professor alfabetizador, observa-se que tais materiais tendem a induzir práticas homogêneas, alinhadas às demandas das avaliações externas e às metas estabelecidas pelo programa, deslocando o foco da alfabetização como processo social, cultural e formativo para uma lógica de cumprimento de sequências, atividades e resultados esperados. Nesse sentido, os materiais utilizados nas formações do PAIC operam simultaneamente como recursos pedagógicos e como instrumentos de materialização da política educacional, produzindo efeitos diretos sobre o currículo vivido, as práticas de ensino e a própria concepção de alfabetização que se consolida nas escolas públicas cearenses.

2 MATERIAL E MÉTODOS

Metodologicamente optou-se pelo Estado da Questão com o intuito de mapear as produções acadêmicas desenvolvidas com a temática desta investigação e consequentemente identificar lacunas existentes no processo. Esse mapeamento nos possibilita uma visão panorâmica dos referenciais teóricos discutidos e dos dados obtidos nas pesquisas realizadas.

Nesta perspectiva Nóbrega-Therrien e Therrien (2021, p.30) explicam que

[...] o 'estado da questão' refere a uma modalidade particular de compreender e delimitar a abrangência, compreensão e o encaminhamento do processo de produção de um trabalho científico relacionado a uma determinada temática objeto de investigação. [...] restringe seu foco na construção de inventário rigoroso oriundo da literatura e da prática de pesquisa com a finalidade de identificar e conhecer estudos produzidos sobre o tema que circunda uma questão central de investigação.

Ancorados nessa concepção, compreende-se que o Estado da Questão assume um caráter analítico, que permite compreender como diferentes estudos tem abordado a temática investigada e quais fundamentos teóricos embasam essas produções. Nesse sentido, essa ação na pesquisa, vai além de um estudo descritivo, se caracteriza também como uma ação interpretativa em que o pesquisador realiza suas interpretações reconhecendo avanços e desafios ainda presentes no âmbito da pesquisa.

Desta forma, realizou-se uma pesquisa bibliográfica nas principais fontes de publicações acadêmicas, que permitiram uma ampliação teórica da temática como, a busca por lacunas em investigações já realizadas. Com base nos descritores utilizados no



principal dicionário de educação, o Eric Thesaurus, definiu-se a busca utilizando os termos: Alfabetização, Material Didático, PAIC (Programa de Alfabetização na Idade Certa) e Ceará.

3 RESULTADOS E DISCUSSÃO

Inicialmente ao proceder a busca utilizando os descritores definidos, obteve-se muitos trabalhos nas plataformas utilizadas. Na sequência expõe-se o quadro 1 no qual descreve-se o quantitativo de pesquisas encontradas inicialmente.

Quadro 1: Levantamento de trabalhos publicados em diferentes bases de dados

PLATAFORMA	DESCRITORES	RESULTADOS
Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD	Alfabetização <i>and</i> Material Didático	465 Arquivos
SCIELO	Alfabetização <i>and</i> Ceará (2020 – 2025)	04 Arquivos
GOOGLE ACADÊMICO	Alfabetização <i>and</i> material educacional Nova escola <i>and</i> Ceará.	15.800 Arquivos

Fonte: Elaboração pelas autoras

A primeira plataforma de busca foi o site da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações - BDTD. Ao iniciar-se a busca, optou-se pela pesquisa avançada e inseriu-se os termos: alfabetização *and* material didático, fazendo uso dos operadores booleanos (*and* e *not*) a fim de refinar a busca e orientar os resultados que a plataforma apresentava. Esses operadores atuam como conectivos, o operador AND, apurar os resultados para as produções que contenham ambos os termos, em contrapartida o operador NOT exclui termos indesejados. Desta forma foi possível delimitar o campo de busca e obter resultados alinhados ao propósito da pesquisa.

Para refinar a busca elegeu-se investigar pesquisas realizadas entre os anos de 2020 e 2025, considerando que a implementação do material didático se deu no período de 2022. Ao se refinar o período, obteve-se 198 resultados. Em um olhar sobre as temáticas, percebeu-se muitos trabalhos voltados para a alfabetização e o processo de



inclusão de crianças com deficiência, nesse caso utilizou-se o operador booleano *not* para delimitar ainda mais a pesquisa.

Dando continuidade acrescentou-se ao campo de busca os termos “alfabetização *not* inclusão” e contamos com o quantitativo de 160 resultados, dos quais apenas 06 interessaram e mostraram relação com o tema da pesquisa. Ao acrescentar os termos “PAIC *and* Ceará”, a busca restringiu-se à apenas um trabalho que já fora delimitado entre os 06 anteriormente encontrados.

Quadro 2 – Trabalhos selecionados para análise

BIBLIOTECA DIGITAL DE TESES E DISSERTAÇÕES - BDTD	
1. A utilização do material didático na política de alfabetização MAISPAIC: um estudo de caso no município de Juazeiro no Norte – Ceará.	<i>Dissertação de Mestrado Profissional de Denise Pedroso de Moraes da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Juiz de Fora.</i>
2. A implementação do programa aprendizagem na idade certa-mais Paic no Cariri cearense.	<i>Dissertação de Mestrado de Rodrigo Gonçalves Duarte, da Universidade Cidade de São Paulo publicada no ano de 2023.</i>
3. PAIC: o eixo de produção escrita em uma sala de 2º ano do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza-CE.	<i>Dissertação de Mestrado de Janaina Freitas da Silva da Universidade Cidade de São Paulo, publicada no ano de 2021.</i>
4. Políticas de ensino e alfabetização: disputas, materiais didáticos e processos de subjetivação.	<i>Dissertação de Mestrado de Alessandra Gonçalves dos Santos, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, publicada no ano de 2021.</i>



5. Alfabetização no programa Educar pra Valer: o que propõem os materiais para o ensino da leitura e da escrita no 2º ano do ensino fundamental?	<i>Dissertação de Mestrado de Viviam Alves de Souza, da Universidade Federal de Pernambuco, publicada no ano de 2023.</i>
6. O sistema de escrita alfabética no livro didático de 1º e 2º anos do Ensino Fundamental: uma análise na perspectiva do alfabetizar letrando.	<i>Dissertação de Mestrado de Katiane Dal Molin da Universidade de Passo Fundo, publicada no ano de 2021.</i>

Fonte: Elaboração pelas autoras

Após realizar a leitura dos trabalhos selecionados, a análise aprofundada ficou restrita a duas dissertações que demonstravam maior afinidade com a pesquisa, uma vez que faziam referência direta ao Material que é objeto deste estudo.

O trabalho intitulado: *A utilização do material didático na política de alfabetização MAISPAIC: um estudo de caso no município de Juazeiro no Norte – Ceará*, apresenta uma análise do material estruturado utilizado anteriormente a publicação do Material Educacional do Ceará. A pesquisa contribuiu no sentido de contextualizar historicamente o início do programa e subsidiar quanto a comparações estruturais entre as duas propostas já elaboradas e seus objetivos. A pesquisa se aproxima do nosso objeto de estudo ao investigar as percepções de professores e formadores acerca das formações continuadas e da utilização do Material Didático. O Material na época investigado se trata da Proposta Pedagógica de Alfabetizar Letrando – PDAL, organizado por um grupo de especialistas da Universidade Federal do Ceará – UFC, liderados pelas orientações da professora Amália Simonnetti.

A outra pesquisa encontrada na BDTD se trata também de uma Dissertação de Mestrado de Rodrigo Gonçalves Duarte, da Universidade Cidade de São Paulo publicada no ano de 2023, que tem como tema: *A implementação do programa aprendizagem na idade certa-MAIS PAIC no Cariri cearense*. O trabalho dissertativo investiga o Programa MAIS PAIC e cita o Material atual desenvolvido pela Nova Escola, assim como os demais materiais publicados pela SEDUC. No que diz respeito a



delimitação do objeto de pesquisa, o trabalho não foca especificamente na análise dos materiais, tampouco no processo do ciclo de alfabetização.

Essa pesquisa contribui com sua investigação bibliográfica e documental, já que apresenta assim como a anterior, uma perspectiva histórica da implantação do Programa. Os dados apresentam a percepção dos professores de 03 municípios sobre a formação do MAIS PAIC, e o uso e efetividade dos diversos materiais que são disponibilizados.

A partir da análise realizada, destacamos que o primeiro trabalho, embora tenha como foco o antigo Material Estruturado, não o contextualiza no âmbito do programa de formação continuada dos professores. Já o segundo, por ter sido publicado em um período mais recente, cita o material, mas se concentra na investigação da política do programa MAIS PAIC, mencionando os materiais apenas de forma pontual. Diante disso, o presente trabalho pretende articular as lacunas identificadas, propondo uma análise pedagógica das atividades com ênfase na alfabetização, no contexto do programa MAIS PAIC.

O trabalho 3: *PAIC: o eixo de produção escrita em uma sala de 2º ano do ensino fundamental da rede municipal de Fortaleza-CE*, busca compreender a implementação do MAIS PAIC em contexto de vulnerabilidade social. Analisa a produção escrita com alunos do 2º ano de uma escola no município de Fortaleza-CE. As informações acerca dos resultados não foram analisadas devido ao fato de o link disponível não direcionar para o arquivo completo. Tivemos acesso somente ao resumo do trabalho, por essa razão não foi incorporado.

As pesquisas 4, 5 e 6, não apresentam relação direta com o contexto de investigação MAIS PAIC; no entanto, enfatizam seus objetos de estudo analisando materiais didáticos específicos para alfabetização. Dentre elas, uma pesquisa destaca a Política Nacional de Alfabetização – PNA, instituída em 2019 que orientou a produção de materiais com ênfase no método fônico. Dessa forma, elas contribuirão na pesquisa bibliográfica, especialmente no que se refere à análise dos materiais voltados para esse ciclo de aprendizagem.

Outra importante fonte de acesso é a SciELO (Scientific Electronic Library Online), muito utilizada em pesquisas acadêmicas de diversas áreas, principalmente em Ciências Humanas, Sociais e Saúde. Ao utilizar-se essa plataforma de pesquisa definiu-se a busca com os descritores “alfabetização and Ceará”, no período de 2020 a 2025, encontrou-se 04 resultados, porém nenhum deles continha relação com a pesquisa. Os



termos: Material Didático *and* PAIC, não identificou nenhum trabalho na área. Na busca entre alfabetização e prêmio escola Nota 10 o site encontrou 01 artigo que diz respeito a política de premiação instituída no estado pelo Programa de Aprendizagem na Idade Certa – PAIC. Desse modo, tendo como referência a relação com o tema da pesquisa conseguiu-se apenas um trabalho que serviu de análise para compreender o estado atual da temática.

Quadro 3– Trabalho encontrados na plataforma SCIELO

SCIELO	
O Prêmio Escola Nota Dez (PENDez) ¹ - um instrumento de combate às desigualdades educacionais na alfabetização infantil.	<i>Artigo publicado na Educar em Revista no ano de 2021, de autoria de Maria Océlia Mota e Diego Mota.</i>

Fonte: Elaboração pelas autoras

Ao analisar a pesquisa *O Prêmio Escola Nota Dez (PENDez)¹ - um instrumento de combate às desigualdades educacionais na alfabetização infantil*, percebe-se que não evidenciava nenhum aspecto em relação ao material, enfatiza somente a característica da avaliação externa e a premiação realizada para as escolas que alcançam a proficiência exigida. O estudo não estabelece articulação com os materiais didáticos utilizados pelas escolas premiadas ou não premiadas, desconsiderando o papel que esses recursos exercem na mediação do ensino e na indução de práticas pedagógicas voltadas ao alcance das metas avaliativas.

Realizou-se também uma pesquisa na plataforma Google Acadêmico, que se destaca pela sua acessibilidade e diversidade de conteúdos e pesquisas. Ao buscar os termos no referido *site* utilizou-se inicialmente os descritores já mencionados anteriormente. Realizado um recorte temporal dos últimos cinco anos e o idioma para português, foi encontrado um quantitativo de 15.800 arquivos, citando alfabetização *and* material educacional nova escola *and* Ceará. Destacou-se os trabalhos visualizados por ordem de relevância e que apresentavam relação com o tema. Evidenciando principalmente o termo Material Educacional Nova Escola e PAIC, selecionou-se 08 trabalhos para realizar a investigação.



Por ser uma plataforma de grande abrangência, o Google Acadêmico busca qualquer tipo de trabalho que se relacione com os descritores mencionados. Ao refinar-se a busca para a categoria de “artigos de revisão”, foram apresentadas 254 pesquisas envolvendo os descritores mais utilizados: “alfabetização; Material Educacional Nova Escola; Ceará”. Diferente das demais plataformas, o termo “Material Didático” não obteve muitos resultados, quando se encontrava alguma relação com a pesquisa o termo presente era “Material Educacional Nova Escola”, através do qual identificou-se duas pesquisas que citavam o objeto de investigação em específico.

Quadro 4 – Trabalhos encontrados na plataforma Google Acadêmico

GOOGLE ACADÊMICO	
01. Relato de uma formadora: os bastidores da formação continuada de professores alfabetizadores no Ceará.	<i>Artigo publicado na Revista Eletrônica Científica Ensino Interdisciplinar, de autoria de, Mônica Farias Abu-El-Haj, Maria Maiara Sousa Patricio e Raquel Siqueira da Silva.</i>
2. Os livros didáticos do ciclo de alfabetização e a associação com a consciência fonológica: estudo de coleções do primeiro ano adotados por escolas públicas do município de Fortaleza-Ceará.	<i>Artigo publicado nos anais do Congresso Brasileiro sobre Alfabetização, Linguagens e Letramento no ano de 2022 de autoria de, Yasmin dos Santos Lima e Mônica de Souza Serafim.</i>
3. Desenho institucional do Programa Alfabetização na Idade Certa.	<i>Artigo publicado na Revista Educação Infantil e Formação Docente, no ano de 2022, tendo como autoras, Elione Maria Nogueira Diógenes e Tania Roberta da Silva.</i>
4. Programa MAIS PAIC: análise da formação continuada de professores alfabetizadores da regional V do município de Fortaleza.	<i>Dissertação de Mestrado de Flavianne Barreto Santos Vieira, da Universidade Federal do Ceará, publicada no ano de 2024.</i>



5. Parceria público-privada entre a Associação Nova Escola e o Programa de Aprendizagem na Idade Certa do estado do Ceará (MAIS PAIC): breve revisão da produção teórica acerca do tema.	<i>Resumo Expandido como parte integrante de uma dissertação de Mestrado em andamento de autorias de, Maria José de Sousa e Simone Gonçalves da Silva. Publicado nos anais do XXV ENPÔS – Encontro de Pós-graduação, no ano de 2023.</i>
6. Potencial cultural e econômico de materiais educacionais regionalizados.	<i>Artigo submetido ao Programa de Pós-Graduação Profissional em Economia da Faculdade de Ciências Econômicas da UFRGS, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Economia. Porto Alegre, maio de 2024.</i>

Fonte: Elaboração pelas autoras

O artigo: *Relato de uma formadora: os bastidores da formação continuada de professores alfabetizadores no Ceará*, apresenta uma pesquisa acerca do cenário das políticas públicas para a formação de professores alfabetizadores no Ceará. Através de um recorte histórico o artigo apresenta dados e contextualiza a evolução dessa política pública, contribuindo assim para o referencial teórico acerca da categoria de formação continuada evidenciado em nosso trabalho.

O segundo artigo, “*Os livros didáticos do ciclo de alfabetização e a associação com a consciência fonológica: estudo de coleções do primeiro ano adotados por escolas públicas do município de Fortaleza-Ceará*”, analisa as atividades sobre Consciência Fonológica no Livro didático do 2º ano em uma escola no município de Fortaleza-CE. O trabalho serve como referencial teórico com o intento de ampliar o repertório acerca da categoria de material didático, direcionado para alfabetização.

Por conseguinte, as pesquisas: *Desenho institucional do Programa Alfabetização na Idade Certa e Programa MAIS PAIC: análise da formação continuada de professores*



alfabetizadores da regional V do município de Fortaleza, apresentam concomitantemente a estrutura institucional do Programa MAIS PAIC e a impressão de um grupo de professores alfabetizadores sobre a formação continuada desenvolvida na regional V do município de Fortaleza-CE. Ambas serão utilizadas para leitura e referencial teórico no que diz respeito as características do programa e as implicações da formação continuada.

As duas últimas pesquisas: *Parceria público-privada entre a Associação Nova Escola e o Programa de Aprendizagem na Idade Certa do estado do Ceará (MAIS PAIC): breve revisão da produção teórica acerca do tema e Potencial cultural e econômico de materiais educacionais regionalizados*, evidenciam o Material Educacional desenvolvido pelo estado em parceria com a Associação Nova Escola. A primeira discute a relação da parceria existente entre o público e o privado enfatizando a questão política entrelaçada com esses acordos. A segunda, aponta o caráter cultural possibilitado na elaboração dos cadernos regionalizados pela Associação Nova Escola, trazendo como grande questão a compreensão de como o conteúdo regionalizado pode apoiar iniciativas não apenas educacionais, mas também culturais para essas comunidades.

Deste modo, mesmo apresentando os descritores relacionados a pesquisa, percebemos que os trabalhos servem como conhecimento acerca das publicações e de características específicas que se ramificam na construção desses materiais, distanciando-se assim do objetivo proposto nesta investigação.

Diante da explanação do Estado da Questão na pesquisa, pode-se perceber que, há uma vasta variedade de pesquisas que trazem o Programa MAIS PAIC como objeto, porém diante do exposto, em relação à análise do material no ciclo de alfabetização ainda não há produções. Assim, valida-se a relevância de pesquisar esse tema pela possibilidade de trazer reflexões acerca das implicações do referido material no processo de alfabetização das crianças no município de Quixeramobim, e conseqüentemente no estado do Ceará.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As análises empreendidas neste estudo evidenciam que, apesar da ampla visibilidade conferida ao Programa MAIS PAIC no cenário educacional cearense, especialmente por meio de discursos institucionais, avaliações externas e políticas de premiação, ainda são incipientes as produções acadêmicas que tomam o material didático



como objeto central de investigação no ciclo de alfabetização. O Estado da Questão realizado revelou que a maioria das pesquisas se concentra na análise da política em sua dimensão macroestrutural, na formação continuada de professores ou nos resultados aferidos por indicadores de desempenho, relegando a um plano secundário o exame crítico dos materiais que mediam, cotidianamente, o ensino da leitura e da escrita nas escolas públicas.

Nesse sentido, os estudos mapeados contribuem ao oferecer importantes subsídios para a compreensão histórica e institucional do PAIC, bem como para o debate sobre avaliação e gestão educacional; contudo, deixam lacunas significativas no que se refere à análise pedagógica das propostas, concepções de alfabetização e práticas de letramento inscritas nos materiais didáticos adotados pelo programa. Tal ausência limita a compreensão dos efeitos concretos dessas políticas no chão da escola, uma vez que desconsidera o material como dispositivo formativo, regulador e produtor de sentidos sobre o que significa alfabetizar, ensinar e aprender no contexto das políticas públicas educacionais.

Diante disso, reafirma-se a relevância de pesquisas que articulem material didático, formação docente e práticas pedagógicas, especialmente em contextos marcados por desigualdades sociais e educacionais. Investigar o material educacional do MAIS PAIC implica deslocar o olhar dos resultados exibidos para os processos efetivamente vividos nas salas de aula, tensionando discursos de sucesso e problematizando concepções reducionistas de alfabetização. Assim, este estudo aponta para a necessidade de aprofundar análises que compreendam a alfabetização como direito, prática social e processo formativo amplo, contribuindo para a construção de políticas públicas mais sensíveis às realidades escolares e às experiências dos sujeitos que as vivenciam.

5 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- CEARÁ, Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). **Governo do Ceará lança material estruturado para Educação Infantil e Ensino Fundamental I**. Fortaleza. 5 maio, 2021. Disponível em: <https://www.seduc.ce.gov.br/2021/05/05/governo-do-ceara-lanca-material-estruturado-para-educacao-infantil-e-ensino-fundamental-i/>. Acesso em: 27 jan.2026.
- CEARÁ, Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). **História – Programa PAIC Integral**. Fortaleza. 20 out. 2011. Disponível em: <https://paicintegral.seduc.ce.gov.br/2011/10/20/historia/>. Acesso em: 27 jan. 2026.



CEARÁ, Secretaria da Educação do Estado do Ceará (SEDUC-CE). **Regime de colaboração para a garantia do direito à aprendizagem: o Programa Alfabetização na Idade Certa (PAIC) no Ceará** / Fundo das Nações Unidas para a Infância (UNICEF). - Fortaleza: SEDUC, 2012. Disponível em: <https://www.aprendereditora.com.br/v2/midia/page/download/paic.pdf> Acesso em: 27 jan. 2026.

COLELLO, S. M. G. **A escola que (não) ensina a escrever**. 2ª. ed. revisada. São Paulo: Summus, 2012.

FREIRE, P. **Pedagogia do Oprimido**. 88ª. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2024.

FREIRE, P. **Educação como prática da liberdade**. 51º ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2021.

IBGE, Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2022: população residente por município**. Rio de Janeiro: IBGE, 2023. Disponível em: <https://educa.ibge.gov.br/jovens/conheca-o-brasil/territorio/22321-alfabetizacao.html> Acesso em: 27 jan. 2026.

LEAL, T. F.; BRANDÃO, A. C. P.; ALMEIDA, F. B. S.; VIEIRA, E. S. Reflexões sobre o ensino do sistema de escrita alfabética em documentos curriculares: implicações para a formação de professores. **Olh@res**, v. 1, p. 69-99, 2013. Disponível em: <https://funartemaisdigital.funarte.gov.br/periodicos/reflexoes-sobre-o-ensino-do-sistema-de-escrita-alfabetica-em-documentos-curriculares-implicacoes-para-a-formacao-de-professores/> Acesso em: 28 de jan. de 2026.

MORTATTI, M. R. L. **Os sentidos da alfabetização no Brasil: São Paulo/1876-1994**. 2ª ed. São Paulo: Editora Unesp, 2021.

NÓBREGA-TERRIEN, S. M.; TERRIEN, J. O estado da questão: uma abordagem metodológica de produção de trabalhos científicos. In: NUNES, J. B. C.; FARIAS, I. M. S. de; NÓBREGA-TERRIEN, S. M. (org.). **Pesquisa científica para iniciantes: retomando o debate**. Fortaleza, CE: Editora da UECE, 2021. p. 29-46.

SOARES, M. **Alfabetização: A questão dos métodos**. 1ª. ed., 7ª reimpressão. – São Paulo: Contexto, 2022.

SOARES, M. **Alfabetização e letramento**. 7ª. ed., 7ª reimpressão. São Paulo: Contexto, 2024.

SOARES, M. **Letramento: um tema em três gêneros**. 3ª. ed. - Belo Horizonte: Autêntica Editora, 2009.